


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0011808-02.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Contratos Bancários**
 Requerente: **Hsbc Bank Brasil Sa Banco Multiplo**
 Requerido: **Ricardo Luis Fernandes São Carlos Me e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

HSBC BANK BRASIL S.A - BANCO MÚLTIPLO ajuizou ação de cobrança contra **RICARDO LUIS FERNANDES SÃO CARLOS ME** e **RICARDO LUIS FERNANDES**, pedindo sua condenação no pagamento da importância de R\$ 76.735,73, correspondente ao saldo devedor de operações financeiras.

Citados, os réus contestaram a ação, alegando que não efetuou qualquer contrato bancário com o autor e que as assinaturas lançadas no contrato não são de sua autoria. Requereu a exibição dos contratos originais e a realização de perícia grafotécnica e pedi a improcedência da ação.

Houve réplica.

Saneado o processo, determinou-se a realização de exame pericial, para averiguação da autenticidade da assinatura atribuída ao réu no contrato.

O autor juntou nos autos o instrumento contratual original.

O réu intimado para efetuar o depósito dos honorários periciais, não o fez.

Julgou-se prejudicada a produção da prova pericial.

É o relatório.
Fundamento e decido.

Cuida-se de contrato bancário denominado Giro Fácil/conta empresarial para pessoa jurídica.

Os réus negam que tenham qualquer relação contratual com o autor e que as assinaturas lançadas nos contratos sejam de sua autoria.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Determinou-se a realização de perícia grafotécnica para averiguação da autenticidade das assinaturas atribuídas aos réus nos contratos. Entretanto, tal prova ficou prejudicada, pois os réus não efetuaram o depósito dos honorários periciais.

Por evidente que incumbia aos réus a prova do fato negativo, qual seja, a de inexistência de relação jurídica contratual.

Foram apresentados extratos de movimentação da conta dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2008 (fls. 57/59).

Em 13 de outubro de 2008, em razão do contrato firmado, a instituição financeira disponibilizou na conta o valor de R\$ 20.000,00.

Exatamente no mesmo dia 13 de outubro de 2008, foi realizada a transferência do referido valor (fls. 57).

Os documentos carreados aos autos comprovam a obrigação assumida e a inadimplência dos réus.

Diante do exposto, **acolho o pedido** e condeno os réus a pagarem para o autor a importância de R\$ 76.735,73 (v. Fls. 40e 56) com correção monetária e juros moratórios à taxa legal, acrescendo-se as custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e os honorários advocatícios do patrono do autor, fixados em 10% do valor da condenação.

P.R.I.

São Carlos, 20 de maio de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**